

# **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**

**Lara Dalperio Buscioli**

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP).

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

e-mail: lara.dalperio@gmail.com

## **Resumo**

O processo de estrangeirização de terras é histórico e se intensifica a partir da crise de 2007/2008, com a procura de diversos países por territórios para produção de *commodities*, como no Brasil. Consideramos este processo como a apropriação de terras por estrangeiros, partindo de várias dimensões (material e imaterial), gerando vários impactos territoriais. E o discurso sobre este processo baseia-se na geração de emprego, crescimento econômico, sustentabilidade e segurança alimentar para a população mundial e está relacionado aos paradigmas existentes para a análise do campo brasileiro, bem como com os modelos de desenvolvimento. No caso brasileiro temos o grupo francês Louis Dreyfus Commodities, com forte produção de cana-de-açúcar no município de Rio Brilhante no Mato Grosso do Sul, gerando alguns conflitos territoriais com o assentamento PA São Judas e resistências por parte do movimento socioterritorial MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

**Palavras-chave:** Território; movimentos socioterritoriais; assentamento rural; paradigmas; Louis Dreyfus Commodities.

## **Land foreignization: paradigmatic and territorial disputes in PA São Judas (MS)**

### **Abstract**

The land foreignization process is historical and intensified from the 2007/2008 crisis, with demand from different countries for territory for the production of commodities, as in Brazil. We consider this process as the appropriation of land by foreigners, starting from several dimensions (material and immaterial), generating several territorial impacts. And speaking about this process is based on job creation, economic growth, sustainability and food security for the world's population and is related to the existing paradigms for the analysis of the Brazilian countryside, as well as the development models. In Brazil we have the French group Louis Dreyfus Commodities with strong production of sugarcane in Rio Brilhante municipality in Mato Grosso do Sul, generating some territorial conflicts with the agricultural nestings PA São Judas and resistance of the socioterritorial movement MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

**Keywords:** Territory; socioterritorial movement; rural settlement; paradigms; Louis Dreyfus Commodities.

## **Acaparamiento de tierras: conflictos paradigmáticos y territoriales en el PA São Judas (MS)**

### **Resumen**

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 36 - Dossiê	pp. 133-158	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-------------	------

El proceso de acaparamiento tierra es histórica y se intensificó a partir de la crisis de 2007/2008, con la demanda de los diferentes países por el territorio para la producción de commodities, como en Brasil. Consideramos este proceso como la apropiación de tierras por extranjeros, a partir de múltiples dimensiones (materiales e inmateriales), generando diversos impacto territorial. Y el discurso de este proceso se basa en la creación de empleo, el crecimiento económico, la sostenibilidad y la seguridad alimentaria de la población mundial y se relaciona con los paradigmas existentes para el análisis del campo brasileño, así como los modelos de desarrollo. En Brasil tenemos el grupo francés Louis Dreyfus Commodities con una fuerte producción de caña de azúcar en el municipio de Rio Brilhante en Mato Grosso do Sul, lo que genera algunos conflictos territoriales con el asentamiento PA São Judas y la resistencia del movimiento socioterritorial MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

**Palabras-clave:** Território; movimientos socioterritoriales; assentamientos rurales; paradigmas; Louis Dreyfus Commodities.

## Introdução

Este artigo foi desenvolvido para a disciplina “Teoria dos Territórios e da Questão Agrária” ministrada por Bernardo Mançano Fernandes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ *campus* de Presidente Prudente. A disciplina teve como principal objetivo debater sobre as questões que envolvem a construção do conhecimento geográfico (método, teorias, conceitos, categorias, políticas e paradigmas) com foco no território (material e imaterial) e, a questão agrária a partir da leitura de dois paradigmas: Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário, finalizando com o debate acerca dos conceitos de movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais.

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta discussões iniciais sobre o processo de estrangeirização de terras aliado aos debates sobre os territórios, os movimentos socioterritoriais, os paradigmas contidos na geografia agrária: Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária, bem como exemplificar estas questões com o francês Grupo Louis Dreyfus Commodities (LDC) e o assentamento rural PA São Judas ambos no município de Rio Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul.

Inicialmente apresentamos o conceito de território com a utilização dos autores Raffestin (1993; 2009), Fernandes (2008; 2009) e Saquet (2011; 2013) entendendo que o espaço é anterior ao território, onde este deve ser visto a partir da sua multidimensionalidade dentro de um contexto histórico, no qual o processo de estrangeirização de terras é um elemento importante para sua análise. Em seguida discutimos o conceito de movimentos socioterritoriais que também lutam contra o processo de estrangeirização, apresentados por Pedon (2009), Sobreiro Filho (2010), Fernandes (2005), em que o objetivo de conquistas desses sujeitos organizados é o território sendo considerado em nossa análise, por meio do campesinato, como o assentamento rural, ou seja, o território camponês. Debate este realizado por Fernandes (2012), Mazoyer e Roudart

(2010), Marques (2008), D’Aquino (2011), no qual este território é impactado diretamente e indiretamente pela estrangeirização de terras.

Posteriormente, apresentaremos o debate paradigmático por meio dos paradigmas PCA e PQA, aliando ao conceito de estrangeirização de terras apresentando as diferentes visões sobre este processo com os autores Borrás Jr; Franco (2010; 2012), Fernandes (2009; 2011), Deininger (2011) etc. E para complementar nossas análises, apresentaremos este debate por meio do discurso do grupo francês Louis Dreyfus Commodities frente à realidade no assentamento PA São Judas em Rio Brillante no estado do Mato Grosso do Sul (MS), onde ele é impactado a partir da perda da produção, da passagem do caminhão e da desterritorialização do campesinato.

### **O conceito de território para entendermos o processo de estrangeirização de terras**

Ao longo dos anos o conceito de território vem sendo trabalhado a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Segundo Fernandes (2008), a definição dos conceitos é uma atividade do intelecto construída a partir do movimento entre realidade, teoria e método, agindo segundo suas intencionalidades – com propriedades de pensamentos e da ideologia. Desta forma, compreendemos que o “território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes” (Saquet, 2013, p. 27).

Raffestin (2009) mostra que é “fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, construindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível” (p. 26). Ou seja, para o autor espaço e território são diferentes, não são termos equivalentes. Sobre o espaço, partimos da concepção de Santos (2006), que o conceitua como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações. Assim, não entendemos o espaço sem as relações sociais.

O elemento *poder* é importante e central para analisarmos este conceito e também as relações que é onde ele surge, conforme Raffestin (1993, p. 53) aponta “A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações”.

Neste sentido, os seres humanos ocupam pontos no espaço se distribuindo, relacionado com a distância (termos espaciais, temporais, psicológicos ou econômicos) à interação (política, social, econômica e cultural) entre os diferentes locais resultando em jogos de oferta e procura que conduz a sistemas de nós, redes e malhas hierárquicas no

espaço constituindo de algum modo no território, assegurando o controle de vários elementos (RAFFESTIN, 1993).

Segundo o autor “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede” (p. 150), ou seja, “do Estado ao indivíduo, passando por todas as pequenas organizações ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território” (p. 152).

Por exemplo, temos o processo de estrangeirização de terras que produz um território capitalista, que envolve vários interesses, que tem como fator determinante a obtenção de terras, mas como vimos não é o único. Os sujeitos que estão envolvidos compõem uma “rede” de interesses e de subsídios do Estado que promove esse processo. HLPE (2011) afirma que os investimentos no processo de estrangeirização de terras, podem ser realizados de forma direta ou indireta, nacional e internacional, produtivo e especulativo

Partindo da análise de território nas proposições de Saquet (2013), o autor apresenta que “as relações de poder têm sido efetivadas historicamente, em consonância com as características de cada sociedade. Envolve relações (i)materiais, tanto geopolítica como econômica e culturalmente” (p. 27), bem como o conceito de território que assume distintos significados. Isto envolve tanto das comunidades (camponeses/indígenas/quilombolas etc.) como do agronegócio estrangeiro que disputam o território e seu controle. Ou seja, são lutas que envolvem o campo das relações de forças são políticas, culturais, de identidades - étnicas, de manutenção de territorialidade etc. em diversas escalas.

Deste modo, o território está num campo de forças de relações socioespaciais, pois ele é produzido “espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas” (SAQUET, 2013, 127), sendo também uma condição da territorialização, em que as territorialidades a dão características em consequente ao território, que é apropriado e produzido pelas dimensões econômicas, culturais e políticas, com diferentes escalas e temporalidades, determinando assim a sua desterritorialização, reterritorialização e as novas territorialidades (SAQUET, 2013).

Fernandes (2008; 2009a) também compreende o território através do conflito, bem como o processo de estrangeirização de terras que está relacionada com as relações de poder no território. Para o autor o território é construído a partir do espaço geográfico, em que o espaço é anterior ao território, sendo cada território uma totalidade - multidimensional (FERNANDES, 2008). O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade (FERNANDES, 2009a).

Para o autor existem duas formas de territórios e três tipologias, num sentido de superação do entendimento do território enquanto Estado-nação. As formas do território são: materiais e imateriais, e suas tipologias: o primeiro, segundo e terceiro território (FERNANDES, 2008; 2009a).

O território imaterial é a base que sustenta todos os territórios e está relacionado com o controle/domínio sobre a construção do conhecimento e interpretação do mesmo, ou seja, ele é a determinação de uma relação de poder. Ele pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades e do campo da política, contribuindo para entendermos os diferentes tipos de território material. Já o território material são os fixos e fluxos, como estudado por Santos (1978 e 1996). Os fixos e fluxos são “os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais” (FERNANDES, 2009a, p. 9).

Para entender melhor o movimento das relações pelas classes sociais na produção dos diversos territórios, o autor dentro da sua análise propõe diferentemente dos outros atores uma tipologia de território, ou seja, o primeiro, segundo e terceiro território. Ao nosso entendimento o processo de estrangeirização de terras influencia todos esses territórios.

O primeiro território é o espaço de governança da nação, para compreendê-lo é necessário entender o segundo e o terceiro território. “Está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território” (2009a, p. 11). Este tipo de território é extremamente importante para analisarmos os incentivos que as empresas estrangeiras têm para instalarem outros países para produção de commodities, no segundo e terceiro território.

O segundo território é a propriedade, onde ocorre o processo de estrangeirização, que podem ser variadas: “as propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias, e as propriedades capitalistas” (2009a, p. 12). A propriedade privada é definida pelo valor de uso e de troca. Por exemplo, o capital se estabelece com a consolidação do território capitalista, que por sua vez, constroem e reproduzem (de modo desigual) outros territórios não capitalistas. Essa construção é conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. Neste sentido, é pela relação e dominação que o capital concentra/domina os territórios, como a dominação de todo o complexo do agronegócio estrangeiro subalternizando o campesinato e os indígenas por meio do trabalho ou das formas de uso do território que é o terceiro;

O terceiro território está relacionado com as diferentes formas de uso dos territórios, como no fragmento a seguir: “Outro exemplo de terceiro território pode ser esclarecido pela circulação da mercadoria. Empresas expandem e perdem territórios de acordo com o aumento e diminuição do consumo de seus produtos” (2009a, p. 14). A estrangeirização de terras remodela e modifica algumas estruturas globais tanto de consumo e produção, assim

ocorre estratégias para a sua territorialização, formas de uso do território, estando ligado em escala global.

### **O território e a existência dos movimentos socioterritoriais**

Partimos da concepção de que os movimentos socioterritoriais se formam a partir da história de luta dos sujeitos, pelo processo de dissidências devido a conflitos no interior dos movimentos e a partir das contradições da sociedade, manifestando nos processos de territorialização e/ou espacialização dos mesmos. A luta histórica envolve diferentes sujeitos como o Estado, latifundiários e agronegócio, com foco mais recentemente na intensificação do processo de estrangeirização.

Os trabalhos da geografia a respeito dos movimentos sociais cresceram a partir da década de 1980, devido ao processo de renovação da Geografia, aperfeiçoando os estudos e os métodos. Pedon (2009) aponta duas razões para este crescimento: primeiro pela luta dos movimentos sociais que vinham emergindo no cenário político e segundo pelo conjunto de propostas que resultaram na Geografia Crítica.

A partir de 1990 o conceito de movimento socioterritorial é desenvolvido, com uma crítica em relação as Ciências Sociais, que sempre enfatizaram as relações sociais e como os sujeitos se organizam no espaço. As limitações da Sociologia a respeito do conceito de movimentos sociais fundamentam a necessidade de se analisar a relação sujeito-território para a construção/desenvolvimento do conceito de movimento socioterritorial sob o olhar da Geografia (SOBREIRO FILHO, 2010).

Os movimentos socioterritoriais têm o território como objetivo de conquista, definidor de sua identidade, ou seja, são essenciais para a sua existência e manutenção das suas territorialidades (PEDON, 2009; FERNANDES, 2005). Assim, eles não existem “nem a priori nem a posteriori à constituição do território, já que é no movimento de sua constituição e nas permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história que se define sua existência” (PEDON, 2009, p. 222).

Sem o território a existência da luta dos movimentos socioterritoriais não faz sentido, pois é a partir dele que eles lutam por melhores condições de vida e pela sua reprodução, enquanto quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais, sem terras, camponeses, fundo de pasto etc. Lutam contra a hegemonia do grande capital, consequentemente contra a territorialização de empresas estrangeiras.

Os movimentos socioterritoriais produzem espaços e territórios, que não são homogêneos, se transformam de acordo com suas ações no seu interior ou por agentes externos, como por exemplo, a territorialidade do capital nessas áreas - conflitualidade. Segundo Fernandes (2005), “a construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros

acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços” (p. 32).

Esses territórios criados se constituem em diferentes territorialidades, em que seus sujeitos podem ser desterritorializados, no caso deste trabalho pelo avanço da estrangeirização de terras. Este processo tão impactante para os camponeses entendido como a perda do território que foi apropriado e vivido (PEDON, 2009).

Fernandes aponta que as lutas e resistências destes movimentos contra a sua desterritorialização tem criado a multiterritorialidade, causando também a desterritorialização das empresas transnacionais em território brasileiro. Essas lutas têm como principal movimento socioterritorial camponês o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), territorializado em todas as macrorregiões brasileiras, que lutam pelo acesso à terra e pela reforma agrária no Brasil, com articulações que passam dos limites territoriais nacionais, ou seja, com articulação de luta internacional através da Via Campesina Internacional. A territorialização dos movimentos socioterritoriais camponeses ocorre com a materialização de sua luta, ou seja, no assentamento rural.

Esses movimentos socioterritoriais lutam contra o processo de estrangeirização de terras, ocupando territórios onde o agronegócio estrangeiro está presente. A exemplo temos a ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) no dia 17 de Abril em Promissão (SP), por meio da agenda de luta do primeiro movimento.

Neste sentido, “as lutas empreendidas pelos camponeses, organizados na forma dos movimentos socioterritoriais, manifestam a conflitualidade intrínseca à produção do espaço brasileiro, principalmente, a partir dos embates realizados no meio rural” (PEDON, 2009, p. 206). Essas lutas estão baseadas nos conflitos de interesses entre os movimentos, os modelos de desenvolvimentos propostos por eles e pelo Estado, qual o modelo que o Estado “preferencia” impactando diretamente os territórios camponeses, ou seja, os assentamentos rurais que são criados a partir deste processo de luta.

### **O território camponês construído a partir da luta dos movimentos socioterritoriais**

Partimos do pressuposto de que o território camponês é criado, principalmente, com as ocupações de terras, por meio da desapropriação dos territórios do agronegócio e dos latifúndios. Os conflitos fundiários no Brasil estão ligados à concentração de terras e a territorialização do agronegócio subsidiada pelo Estado, principalmente com a inserção de

empresas estrangeiras em terras tradicionalmente ocupadas pelos povos tradicionais e em territórios camponeses ou que eles reivindicam.

O principal movimento socioterritorial que se utiliza da ocupação de terra no Brasil é o MST, tendo o seu processo de luta marcado pela violência sofrida e pela resistência. No Brasil existem 126 movimentos que lutam pela terra e pela reforma agrária através das ocupações de terras. Entre 2000 e 2015, contabilizamos 6.086 ocupações com a participação de 801.684 famílias (DATALUTA, 2016). Algumas dessas ocupações originaram em assentamentos (2000-2013), sendo obtidos no Brasil 9.223 com a capacidade para assentar 1.165.415 camponeses numa área de 88.510.731 hectares (DATALUTA, 2014).

Após a conquista do lote, as relações estabelecidas com o restante do assentamento contribuem para a formação de um território camponês. Esta contribuição ocorre com as relações de produção, a divisão de tarefas entre os membros da família e as relações de vizinhança:

O território camponês é o **espaço de vida** do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de **culturas** camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de **produção familiar** e local de **resistência** da família, que muitas vezes pode ser constituída por mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com maior parte da produção de alimentos saudáveis (FERNANDES, 2012, p. 746 – grifos nossos).

Segundo Raffestin (1993), “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral” (p. 158). As territorialidades camponesas são formadas com a conquista do lote dentro do assentamento, envolvendo símbolos e intencionalidades. como afirma Saquet (2011, p. 10) que as territorialidades significam “a) relações sociais, de poder, no âmbito multidimensional; b) intencionalidades, objetivos e metas; c) apropriação simbólica e concretado espaço geográfico; d) práticas espacio-temporais-territoriais...”

Tratando-se de um assentamento rural, as relações que compõem o território camponês não se restringem somente ao núcleo familiar e o lote, também há diversas relações de organização e ajuda mutua, principalmente com relação à produção, que conformam para a permanência e resistência destas famílias na terra. A presença de famílias ligadas à militância em movimentos socioterritoriais corrobora para essa organicidade, pois estas trazem dos próprios movimentos as experiências de coletividade e unicidade, que muitas vezes são consolidadas na época do acampamento.

Compreender o território camponês é conhecer a trajetória de vida desse campesinato territorializado, é tomar conhecimento de todo processo de construção de seus



meios de produção e reprodução de vida, é conhecer o desenvolvimento das técnicas de manejo, plantio e administração de seu território, pois suas habilidades com a terra são resultados cumulativos de experiências de vida (de militância ou não), muitas vezes repassadas de gerações e aperfeiçoadas diante das necessidades que a vida no campo coloca.

Mazoyer e Roudart (2010) apontam que a análise da organização da produção no lote, pode ser realizada a partir do conceito de ecossistema cultivado, em que cada parcela do lote é explorada de uma maneira que contribui para a satisfação das necessidades da produção, animais domésticos e dos homens. O ecossistema cultivado é compreendido, então, como um sistema de criação, composto por rebanhos e espécies diferentes e organizados separadamente em lotes dentro do próprio lote.

O MST propõe juntamente com outros movimentos socioterritoriais, uma produção de forma alternativa através da agroecologia, que foge dos princípios de produção do agronegócio. Essa produção torna-se uma forma de resistência do campesinato, promovendo melhores condições de vida, bem como a soberania alimentar.

Essa produção contribui para o pertencimento na terra e todo o seu sentido, D'Aquino (2011), mostra que o sentimento de “pertencimento” nos camponeses é o que os camponeses engajados em todo um processo de luta coletiva possuem, seja já no campo ou para retornar ao campo, onde seja permitido agregar valores relacionados à terra-mãe, como as possibilidades de fartura, bem-estar e liberdade.

Uma das maiores dificuldades para a implementação da agroecologia nos assentamentos rurais são os venenos/agrotóxicos lançados pelas usinas nas suas produções, como cana-de-açúcar, laranja e soja. Muitos camponeses perdem parte de sua produção devido a pulverização realizada principalmente com a passagem do avião, onde parte desse produto levado pelo vento devastando tudo em seu caminho, provocando em alguns casos na desterritorialização desses camponeses. Além, da produção de hortaliças e frutas, também ocorre a perda dos animais nos assentamentos como o gado leiteiro ou de corte, caso ocorrido com a empresa LDC no município de Rio Brilhante no Mato Grosso do Sul.

Marques (2008) coloca que o camponês brasileiro, mesmo expropriado, não perde totalmente os seus vínculos com a terra. Grande parte dos camponeses têm alguma relação com a terra, seja através do trabalho, de vínculos familiares, com suas origens entre outras. Explicando parcialmente “a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade” (p. 65).

D'Aquino (2011) nos traz elementos para pensar estes tipos de relações, em alguns momentos conflituosos, ao conceber diferentes “estilos de vida” entre estes camponeses.

Estes estilos de vida são concebidos enquanto suas relações históricas e de aprendizado que se refletiram nas suas ações e projetos futuros. Estas diversidades, muitas vezes entram em conflito com o projeto de vida coletivo proposto por outro conjunto de assentados. No processo de estrangeirização, também encontramos nos assentamentos esses conflitos de interesses, principalmente com a entrada das produções nas empresas estrangeiras, que foge da lógica proposta pelos Movimentos que contribuíram para a formação destes territórios camponeses

Assim, compreendemos que o território camponês é disputado constantemente, sejam disputas internas e externas – relações de poder, contra modelos de desenvolvimento. E é neste território que o campesinato se reproduz enquanto camponês, que conquista sua terra através da sua luta, configurando-os como movimentos socioterritoriais. Pois, território e identidade não são vistos de forma separada, compreendendo assim o território camponês, que muitas vezes tem parte de suas relações que o compõem destruídas devido a territorialização/territorialidade de empresas multinacionais nesses territórios.

### **O debate paradigmático PCA - PQA e o conceito de estrangeirização de terras**

Para analisarmos a nível teórico o campo brasileiro, partimos de dois paradigmas construídos levando em consideração o empírico e a teoria: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Eles são um conjunto de teorias que permitem compreender as conflitualidades no campo, por meio da luta dos movimentos socioterritoriais, ou seja, os paradigmas nos ajudam a compreendermos as lutas/resistências e permanências dos camponeses, o jogo de interesse político-ideológico nas propostas de desenvolvimento para o campo brasileiro principalmente do Estado e das implementações de políticas públicas, conforme nos falam:

Os paradigmas representam as visões de mundo, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 47).

Os paradigmas refletem diferentes visões, teorias e metodologias para a explicação de um mesmo objeto, neste caso o avanço do capitalismo na agricultura do Brasil. Camacho (2014) afirma que o debate que envolve esses paradigmas estão ligados as antigas reflexões sobre o campesinato como o seu fim, na sua metamorfose em agricultor familiar e na sua recriação na própria contradição.

Pressupostos estes que estão embasados no PQA, que compreende a recriação do campesinato no interior do desenvolvimento capitalistas a partir das suas contradições,

buscando a sua superação. Pois o capital não é visto como única alternativa para que o campesinato possa se desenvolver:

Nesta perspectiva, temos de um lado, no Paradigma da Questão Agrária a crítica ao modelo vigente, principalmente, aos impactos socioterritoriais causados pela expansão do agronegócio, e a perspectiva de superação deste modelo apontando para a possibilidade e a necessidade de construção de outro modelo por meio da luta/disputa/conflitos territoriais entre classes e grupos sociais (CAMACHO, 2014, p. 117).

O PQA compreende que o problema da questão agrária é estrutural, assim possui duas tendências: o campesinato e a proletarização. Segundo Felício (2011), “para as teorias que compõe o paradigma da questão agrária, a questão estrutural consiste no desenvolvimento do campesinato dentro do sistema capitalista sem ser parte dele e, contraditoriamente, também, sendo parte dele” (p. 7).

O PCA compreende que não há uma questão agrária, onde os problemas gerados são solucionados dentro do capitalismo. Segundo esta visão, o campesinato deve se integrar ao capital, em que a luta de classes entre os diferentes sujeitos do campo não é considerada. Esta integração gera a metamorfose do campesinato em agricultor familiar tecnificado e mecanizado, ele passa a ser visto como produtor de mercadorias. Como no PQA também há duas tendências internas neste paradigma: agricultura familiar e o agronegócio:

Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural, o qual pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou do “agricultor familiar de base” ao mercado capitalista (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 48).

Segundo Santos (2014), nessa questão conjuntural não resta para o campesinato outra forma senão integrar-se ao capital, incorporando novas tecnologias de produção e se inserindo de forma subordinada a lógica do mercado capitalista. Correlacionado com Campos (2012), este paradigma não coloca como foco das análises a luta pela terra como uma superação, mas focaliza o Estado para isso através de políticas públicas, das novas ruralidades e na pluriatividade, em que, o agricultor familiar como parte integrante desse processo está sujeito a essa lógica, totalizante e hegemônica.

Sintetizando a partir das palavras de Camacho (2014), o PCA defende “à adaptação/integração que auxilie no processo de produção/reprodução/acumulação de capital numa perspectiva de estilos diferentes de produção e de complementaridade entre o grande produtor rural e o agricultor familiar” (p. 117). E diferentemente, segundo Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), o PQA tem ponto principal para explicar as disputas territoriais e

as conflitualidades que defendem os modelos de desenvolvimento que dão autonomia para o campesinato, as lutas de classes.

Com isso as diferenças fundamentais nestes dois paradigmas estão relacionadas aos sujeitos e aos modelos de desenvolvimento. Para o PQA os camponeses e agricultores familiares são os mesmos sujeitos que lutam pela terra e/ou por sua permanência, buscando formas alternativas para diminuir seu grau de subordinação ao capital. Já para o PCA o camponês e o agricultor familiar não são sinônimos, são sujeitos diferentes a partir de suas relações de produção e tecnificação.

Neste trabalho partimos dos referenciais teóricos do PCA entendendo que o campesinato é recriado nas próprias contradições do sistema capitalista, onde a conflitualidade, as disputas territoriais entre estes sujeitos com o agronegócio e o Estado, modificam a estrutura fundiária no Brasil e colocam em pauta nas discussões do governo as questões que envolvem o campo.

Como no PCA a metamorfose do sujeito camponês para o agricultor familiar ocorre com a sua tecnificação e mecanização, subsidiado principalmente pelo Estado e por empresas com cursos. Como mostra a reportagem do Portal do Brasil (2015) intitulada “Pequenos produtores vão receber curso de capacitação”, em que o Estado oferece cursos para os “pequenos produtores” voltados ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, em que as empresas transnacionais são elementos fundantes/determinantes.

Fica evidente essa integração do agricultor familiar ao agronegócio aliado ao processo de estrangeirização de terras, na informação passada pela notícia onde ocorrerá a inserção desses sujeitos – aliados a micro/pequenas empresas rurais em “cadeias de produção capitaneadas por grandes empresas, alinhadas à perspectiva de encadeamento produtivo” (PORTAL BRASIL, 2015, p [1]).

Outra notícia encontrada nos chama a atenção devido ao discurso de colocar a cargo do agricultor familiar a sua inclusão tecnológica a fim de transformar o Brasil em líder mundial de exportação de produtos agrícolas superando os Estados Unidos, como mostra a reportagem escrita por Salomão (2015): “FAO: aumento da produção no Brasil passa por inclusão tecnológica do produtor”. Em que, Bojanic representante da FAO no Brasil, apontou que “o processo de inclusão passa por uma valorização da agricultura familiar, para que esse modo de produção se torna atrativo para investimentos” (SALOMÃO, 2015, p. [1]).

Assim, os cursos oferecidos e os debates que saem na mídia aliando os camponeses ao agronegócio, colocam as perspectivas e propostas vinculadas dentro do sistema capitalista, integrando-os, cooptando os ideais dos camponeses não os identificando enquanto classe, com o discurso de cooperação e inclusão no sistema para melhoria/aumento da produção. Este discurso também é incorporado pelas empresas estrangeiras para legitimar/lubridiar a população que é diretamente atingida por este

processo, colocando este processo como algo promissor e vantajoso, mas os impactos negativos são maiores que os ganhos.

Em relação ao conceito de estrangeirização de terras, este vem sendo debatido a partir de diferentes visões, mesmo assim, partimos do pressuposto de que não há uma teoria latinoamericana sobre esse processo. Do qual é compreendido por meio da aquisição de terras por estrangeiros, pela financeirização, territorialização da agricultura capitalista por meio da compra, concessão e/ou arrendamento de terras para as empresas transnacionais ou grupos estrangeiros, subsidiado pelo Estado que acarretam em alguns casos na desterritorialização da população do campo (indígenas, camponeses, quilombolas etc.), evidenciando, assim, a conflitualidade no campo brasileiro. Vale ressaltar, que não necessariamente um país precisa ser subdesenvolvido ou estar com insegurança alimentar para ele se territorializar no outro.

Dentro do estudo sobre a estrangeirização de terras identificamos algumas tendências/análises sobre o mesmo, realizando um comparativo entre impactos positivos e negativos, considerando “benéfico” e o outro “maléfico” aos países atingidos. Um estudo realizado pela High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE), publicado em 2011, aponta essa tendência no processo de estrangeirização de terras, com a dualidade de ser boa ou ruim:

The current trend in foreign land acquisition has raised considerable public concern. It gives rise to heated political debate and controversies, in the shadow of an ideological divide, whereby "land grabbing" is seen as "bad", and whereby international investments in agriculture are necessary and good (HLPE, 2011, p. 6).

Borras Jr e Franco (2010) também compreendem esta dualidade na estrangeirização relacionada também à produção de biocombustíveis. Eles apontam que seria tentador pensarmos num consenso de opinião sobre o processo de estrangeirização de terra, mas nem todas as análises tendem a ter a mesma visão sobre os problemas causados, bem como lidar com eles ou a forma estratégica a ser usada.

Este debate também reflete nas discussões realizadas acerca do conceito/nomenclatura utilizada para definirmos o que é a estrangeirização de terras, entendendo-as que não são sinônimos. Alguns autores apontam como: acapariamento de terras, extranjerización de la tierra, land grabbing, foreignization of lands, Green Grabbing, usurpação de terras, grilagem entre outros, para identificar a partir de diferentes abordagens este processo, considerando compra/arrendamento de terras por estrangeiros ou mesmo indo além das discussões partindo das análises ambientais, de produções, de financeirização e globalização da agricultura, assim, compreendendo um controle deste

território tanto material como imaterial, ou seja, partiremos da apropriação deste território nacional pelo capital internacional (transnacional).

Essas diferentes visões partem da disputa paradigmática dentro do processo de estrangeirização de terras. Autores que demonstram apoio a estrangeirização de terras como novas oportunidades, com o discurso da integração das comunidades a este sistema na forma do trabalho, o discurso do desenvolvimento sustentável e da produção de alimentos etc., partem das análises do PCA. Já as visões contrárias a estes aspectos, mostrando o acirramento dos conflitos, a luta pela superação deste sistema/processo, mostrando os impactos negativos do mesmo, a desnacionalização dos territórios, os perigos relacionados a produção de *commodities* entre outros os identificamos como autores do PQA.

Esta disputa está contida nas relações internacionais tanto imaterial como material (territorial) a partir de estratégias para a expansão dos países que se configuram a nível geopolítico. Fernandes (2009b; 2011), considera que a estrangeirização de terras deve ser analisada a partir de uma Geopolítica da Questão Agrária, intensificada com a produção de agroenergia que gerou um problema nos abastecimentos de produtos alimentícios, criando uma nova característica para a expansão dos países. Esses países são apresentados pelo autor, em três conjuntos, para explicar esse processo em escala global: “1) países arrendatários e/ou compradores de terras; 2) países arrendatários e/ou compradores de terras que são ao mesmo tempo países arrendadores e vendedores de terra; 3) países arrendadores de terras” (FERNANDES, 2009b, p. 2).

O autor afirma que o primeiro conjunto de países são pobres em alimentos, mas ricos de capital que se expandem em países pobres com abundância de terras cultiváveis. Neste sentido, a grande parte dos países que possuem arrendamentos são pobres que permitem a territorialização dos grupos/empresas estrangeiras para seu abastecimento interno, pois essas populações vivem em situação de miséria sem acesso à terra ou a água. Segundo HLPE (2011), os debates sobre o direito a água são importantíssimos nas questões dos contratos para a estrangeirização, pois a escassez da mesma é um dos principais motivos para os investimentos internacionais em territórios estrangeiros dos países. Alguns apresentam que a água está escondida na agenda de muitas negociações nas aquisições de terras, ganhando o controle não só da terra, mas da água - dos recursos hídricos.

Para a territorialização das empresas estrangeiras em outros países, por meio do processo da territorialização da agricultura capitalista, está ligado a diversos fatores desde territorial a políticos. Borrás Jr e Franco (2012) afirma que as crises globais ocorridas em vários níveis – alimentício, energético, financeiro – contribuíram para a estrangeirização de

terras, ou seja, a corrida pelo controle dos territórios que são de interesse do capital e do Estado. Segundo Fernandes (2009):

Este é um elemento novo na questão agrária: **Estado e capital unem-se para explorar terras, pessoas e países**. Evidente que este processo de exploração não é novo, o que é novidade é que além das empresas, os governos estão mais envolvidos nos acordos que reforçam o neocolonialismo e conseqüentemente aprofundam as formas de dependência (FERNANDES, 2009, p. 1 – grifo nosso).

Capital e Estado estão unidos em prol de seus interesses em detrimento das populações que serão atingidas por este processo. Geralmente são comunidades tradicionais (como indígenas e quilombolas) e camponeses que estão sendo desterritorializados, ou seja, é o segundo território sendo modificado por este processo. Evidenciando a conflitualidade e a contradição do próprio Estado que cria políticas de regularização dos territórios tradicionais, bem como no arrendamento de terras camponesas e insere em seus territórios empresas para a sua exploração através da produção de *commodities* que fogem a lógica de produção desses sujeitos.

Apontam Borrás Jr. e Franco (2012) que o discurso predominante da estrangeirização, em conseqüente ampliação do mercado da agricultura capitalista é o do desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável, com o intuito de sanar com a pobreza em áreas rurais. Veremos na próxima parte do trabalho que este discurso também está inserido no que empresa estrangeira LDC vem disseminando, com o intuito de justificar como algo positivo a sua territorialização em diversos estados, principalmente no MS.

Essas ações que envolvem a terra e as transnacionais podem ser vistas a partir de diferentes perspectivas: pelo controle dos recursos das terras pelas classes dominantes, consolidação/venda/arrendamento dos latifúndios, incorporação de novos complexos industriais entre outros, ou seja, é um conjunto de elementos que estão por trás deste processo, subsidiado principalmente pelo Estado.

Assim, para os autores Borrás Jr e Franco (2012) a estrangeirização gera impactos negativos principalmente nas questões que envolvem as pequenas propriedades, pois a correlação de forças entre os sujeitos envolvidos na estrangeirização compõem diferentes setores não só da agricultura, ou seja, que o uso da terra atualmente tem muitas facetas. Eles criaram uma tipologia para justificar essas mudanças no uso das terras relacionado ao avanço do capitalismo no campo, são elas: produção continua de alimentos; mudança da produção de alimentos para a produção de bicomcombustíveis para exportação; terras não dedicadas à produção de alimentos agora destinadas a mesma; terras interessadas as florestas e terras marginais convertidas a produção de bicomcombustíveis.

Deininger (2011), também utiliza alguns indicadores para compreendermos os interesses dos países em adquirir terras em outros países. Eles procuram os países que tem

maior abundância de terras não cultiváveis com pouca densidade populacional, a abertura dos países em por meio de investimentos diretos aos grupos estrangeiros, as questões da infraestrutura dos países que podem atrair ou não os projetos estrangeiros, sendo importantes e benéficos para os países.

If rights are well defined, if land markets are not monopolized, and if information is accessible to all, voluntary transactions where land is valued at market prices should ensure that a mutually satisfying outcome is achieved. In this context, entrepreneurs can earn rents by bringing technology to improve productivity on land that is currently used less intensively (and thus available at fairly low prices). Land rights holders can in theory capture some of this rent through well-informed negotiations (DEININGER, 2011, p. 236).

Neste sentido, para o autor, os investimentos estrangeiros nos países podem trazer benefícios positivos principalmente para as questões relacionadas a geração de emprego e de postos de trabalhos, infraestruturas sociais, aumento da receita fiscal tanto local como nacional e acesso ao mercado e tecnologias para os produtores locais, como aponta o autor na citação a seguir. Mas devemos nos questionar que tipo de desenvolvimento e modo de produção está sendo imposto para essa população local.

(i) social infrastructure, often supported by community development funds using land compensation; (ii) generating employment and jobs; (iii) providing access to markets and technology for local producers; and (iv) higher local or national tax revenue. Economic viability of investment was a necessary condition for positive effects to materialize. If investments generated profits, social impacts depended not only on the magnitude of benefits, but also on the mix of different types of benefits. For example, entrepreneurial and skilled people could gain from jobs created by an investment, while vulnerable groups or women lost access to livelihood resources without being compensated. This illustrates the importance of clearly addressing distributional issues upfront. Moreover, countries—who are ultimately responsible to ensure that resources at their disposal are used in a way that provides broad-based benefits—have a clear framework in place with which to decide whether, in their specific situation, large scale land acquisition the potential to contribute to broader development objectives (DEININGER, 2011, p. 226).

O autor também aponta que apesar dos desafios há muitas oportunidades de negócios vantajosas no que envolve a estrangeirização de terras, onde os governos devem esclarecer as informações, conciliar o social e o ambiental, com políticas boas para reverter em bons investimentos, com competição igual entre os investidores e os produtores locais. A questão que se coloca é a seguinte, como podemos ter uma competição igual entre os modelos de desenvolvimento adotados (agronegócio e campesinato), se os investimentos e interesses dos Estados são claramente voltados aos agronegócio e conseqüente a inserção/territorialização de empresas estrangeiras.

Compreendemos isto não é possível e que este processo de estrangeirização de terras gera impactos negativos intensos e em alguns casos gera a desterritorialização das



comunidades locais, perdendo seu território e todas as relações sociais contidas e produzidas nele, uma dependência as demandas empregatícias do mercado local que estão sujeitas as demandas globais, com contratos de trabalhos temporários, ou seja, a uma sujeição da força de trabalho desses sujeitos ao capital não permitindo a sua reprodução entre outros fatores. Bem como a insegurança alimentar provocada nesses países, pois com o aumento da produção de *commodities* nós temos o aumento do consumo, que já é realizado de forma exorbitante, de insumos/venenos/agrotóxicos nas plantações, prejudicando também a produção de alimentos dos camponeses, abrangendo os impactos desse processo para o meio ambiente – uso excessivo de insumos/venenos.

Assim, as áreas de muitos países que poderiam ser utilizadas para o cultivo de alimentos pelos camponeses (ou outros sujeitos do campo) foram sendo territorializadas as monoculturas ou em áreas onde já haviam as produções foram sendo substituídas por essas culturas voltadas para a exportação. Por exemplo, as áreas onde estão localizados os assentamentos e as usinas de cana-de-açúcar, que produzem dentro do assentamento por meio dos arrendamentos. Ou seja, em territórios camponeses que poderiam produzir alimentos saudáveis estão sendo inseridos nessa lógica de produção, em que o camponês fica cada vez mais subordinado a essa lógica.

Isso acarreta na desterritorialização do campesinato, que para se territorializar ou reterritorializar os movimentos socioterritoriais utilizam-se das ocupações de terras e das manifestações do campo, que são ações de resistência e enfrentamento contra o Estado, latifundiários e agronegócio, ou seja, as disputas territoriais são elementos a serem analisados dentro desse processo.

As análises paradigmáticas também podem ser feitas com o discurso do qual as empresas se embasam para a sua territorialização e expansão desse processo. Deste modo, na próxima parte do trabalho apresentaremos a empresa Louis Dreyfus Commodities (LDC) dentro do debate paradigmático, na qual identificamos o seu pertencimento no PCA.

### **O Grupo Louis Dreyfus Commodities: o discurso aliado ao debate paradigmático e a realidade no assentamento São Judas em Rio Brilhante (MS)**

A partir da estrangeirização de terras podemos realizar o debate paradigmático, onde o camponês vira produtor de mercadorias e fica subordinado a partir do seu trabalho nas usinas de cana-de-açúcar, por exemplo, do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC) territorializado no Brasil. A empresa é uma das líderes no setor do agronegócio mundial e está territorializada mais de 90 países, produzindo café, algodão, leite, cana-de-açúcar, soja, fertilizantes e insumos, laranja, grãos, feijão, arroz, milho etc.

No município de Rio Brilhante (MS) a empresa está territorializada a partir da produção de cana-de-açúcar em diversas fazendas que circundam o assentamento São Judas. A luta para a conquista do assentamento inicia-se com a entrada do MST no referido estado na década de 1980-1990, com a formação do acampamento 8 de Março e o excedente das famílias vieram para Rio Brilhante nascendo o assentamento:

No dia 12 de março de 1999 houve o sorteio dos lotes, cada família foi para seu lote, iniciando assim uma nova luta por: habitação, estradas, educação, saúde, energia elétrica, água encanada, e outros. Foram muitas as dificuldades, alguns poços não davam água, outros esbarrancavam, a terra não era boa para o plantio, tinha que ser feita a correção do solo, o que dificultava e muito a plantação para a subsistência. (ASSENTAMENTO SÃO JUDAS – MST, sd.).

No início a disputa direta dos assentados partia do Estado com a luta por meio de infraestruturas ao assentamento, de uma escola com educação de qualidade e com a territorialização da empresa que ocorreu posteriormente ao assentamento. Deste modo, nas páginas que se seguem confrontaremos esta realidade com o discurso da empresa.

Em documento da LDC encontramos vários elementos para identificarmos qual paradigma ela pertence, neste caso, o Paradigma do Capitalismo Agrário. Desses elementos destacaremos as questões que envolvem o discurso da sustentabilidade, da integração do campesinato por meio do trabalho, da integração das comunidades e apoio, a “camuflagem” da luta do MST e outros movimentos socioterritoriais contra a empresa entre outros.

Nos documentos publicados pela empresa, identificamos que o discurso disseminado como compromisso da empresa para o Brasil (e conseqüentemente os países nos quais ela se territorializa) vem do debate da sustentabilidade que se fundamenta em pessoas, comunidade, meio ambiente e parceiros (LDC, 2012). Assim, para a empresa “o crescimento sustentável é uma questão fundamental para cada um de nós e para nossas famílias, e também é crítico para os nossos interesses econômicos de longo prazo” (LDC, 2010, p. 8).

Como apontado anteriormente o discurso da sustentabilidade é utilizado pelas empresas no processo de estrangeirização de terras. Esse tipo de desenvolvimento – sustentável - está ligado com o presente e o futuro, ou seja, com a capacidade da nossa sociedade de satisfazer os desejos alimentares e territoriais sem comprometer as gerações futuras. Para que haja esse tipo de desenvolvimento é necessário que os três setores: mercado, sociedade e Estado atuem em conjunto, mas vemos uma tendência do Estado e do mercado agirem juntos em detrimento dos interesses da sociedade, neste caso dos camponeses e indígenas.

Em relação às comunidades, a LDC utiliza-se do trabalho do campesinato para o seu desenvolvimento, no qual alguns de seus trabalhadores, são camponeses assentados que deixam parte de seu trabalho no campo para complementar a renda nas usinas da empresa, grande parte devido a falta de incentivo no lote. A subordinação do seu trabalho ao capital, neste caso a LDC fica evidente na frase “Os colaboradores têm o compromisso de dedica-se exclusivamente para o Grupo durante a jornada de trabalho, salvo quando for expressamente acordado o contrário” (LDC, 2010, p. 6).

Na empresa eles passam a ser “denominados” colaboradores, criando um sentimento de pertencimento a empresa e valorizados, como podemos observar no trecho a seguir: “As pessoas são o nosso ativo mais valioso. Investimos na segurança e desenvolvimento dos nossos colaboradores e não admitimos nenhum tipo de discriminação em nosso ambiente de trabalho” (LDC, 2012, p. [1]). Assim, os interesses dos colaboradores passam a ser o da empresa para garantir o aumento da produtividade:

O Grupo LDC está comprometido em criar um ambiente de trabalho adequado para que os **colaboradores possam desempenhar todo o seu potencial profissional, contribuindo tanto para as suas próprias carreiras dentro da companhia, como para os interesses do Grupo e de suas subsidiárias** (LDC, 2010, p. 4 – grifo nosso).

Para isso, a empresa também tem o objetivo de “proporcionar treinamento adequado aos seus colaboradores”, visando criar essa identidade do trabalhador com a empresa e proporcionando o aumento de seu rendimento nas horas de trabalho. Este treinamento é facilitado pelo fato do interesse da empresa em trabalhar com empregados que já estão envolvidos no meio rural, principalmente com os assentados residentes em assentamentos rurais próximos a localidade da unidade de produção da empresa, subordinando-os.

Em relação à subordinação do trabalho do camponês, temos a entrevista do assentado que trabalha na LDC da Unidade Passa Tempo como motorista há mais de três anos, primeiramente como terceirizado e depois como empregado da empresa. Ele conta que trabalha na empresa para ter uma renda maior para sua família, pois só com a renda do lote, nas suas palavras “É difícil, não é fácil não. Só pela renda do sítio não [...] Tem que *investi* bastante, pra *dispois* vê se ...” (João em entrevista – fevereiro de 2015).

Com o trabalho para a usina, muitos camponeses dedicam-se um tempo menor para as atividades do seu lote, perdendo muitas vezes a relação com a sua terra. A usina nesta unidade tem como trabalhadores/colaboradores vários camponeses assentados do MS. Miro assentado do PA São Judas confirma essa preferência na contratação de pessoas envolvidas nos assentamentos pelas usinas, pois eles têm experiência com a terra, como a

roçagem e a lida com o tempo quente da região. Para ele esta é no momento a única solução para os jovens assentados.

João em entrevista deixa claro a sua vontade de viver do lote e não ser empregado de ninguém:

“Se eu precisasse, eu ficaria só no sítio. Se desse pra eu me manter só daqui mesmo... Eu queria era ficar sozinho, não quero trabalhar de empregado não [...] Porque chuva ou sol, você tem que cumpri aquele horário. Trabalhando ali, você tem que ficar ali trabalhando de empregado. E é submisso ao patrão. E a gente que trabalha por conta, ele tem que trabalhar também, mas pode tirar mais um tempo de regalia... Eu posso fecha a minha casa aqui e sai e ir pra casa de um parente e pedir dois maços, e ai eu posso retornar to em casa. Agora no emprego não, se a gente faz isso, no outro dia você não é mais funcionário” (João em entrevista – fevereiro de 2015).

É interessante destacarmos no Código de Conduta da LDC o item “Conflitos de Interesses” em que há o discurso de equilíbrio nos ideias. Assim, os “colaboradores devem comunicar ao seu gestor quaisquer conflitos de interesses ocorridos ...” (LDC, 2010, p. 6) entre ambas as partes, mostrando uma “liberdade” dos colaboradores na empresa em falar qualquer questão aos seus superiores. Eles também, “não podem realizar atividades concorrentes com qualquer empresa ou Grupo nem pertencer ao Conselho Administrativo ou a algum comitê de qualquer empresa ou organização que seja concorrente da companhia ou de suas subsidiárias” (LDC, 2010, p. 6), garantindo a exclusividade do trabalho a empresa.

Outro discurso que a LDC tem é da integração das comunidades locais das quais a LDC tem influência e/ou territorialização:

Acreditamos que é fundamental, tanto para o crescimento da LDC quanto para o bem-estar das comunidades em que atuamos, construir parcerias duradouras. Trabalhamos juntamente com as comunidades locais para desenvolver programas e iniciativas que apoiem ações relacionadas às suas necessidades (LDC, 2012, P. [1]).

Diante da citação vemos que não há uma intenção de mudar as estruturas vigentes de produção, circulação e comercialização na relação capital e agricultor familiar, mas sim uma integração completa e subordinada deste sujeito por meio de parcerias relacionadas ao trabalho, tem como a única saída para o camponês é a sua subordinação. Ou seja, não há uma intenção de mudar as estruturas vigentes de produção, circulação e comercialização na relação capital e agricultor familiar, mas sim uma integração completa e subordinada deste sujeito, sem luta e resistência. Nas comunidades locais, a LDC tem alguns projetos que envolvem desde cursos a educação à produção em territórios camponeses/indígenas.

Em relação aos projetos sociais a LDC promoveu na escola do assentamento, projetos que envolviam a temática do meio ambiente. Segundo a assentada e educadora

Vilma não foram todos os projetos aderidos, pois eles não tem interesses em aplicar e esses projetos que confrontam os projetos pedagógicos da escola: “não tem importância, sabemos que as usinas apresentam esses projetos como ação social, são obrigados a apresentar projetos que amenizam a degradação da natureza” (Vilma em entrevista – fevereiro de 2015). Rosana, outra educadora e assentada, afirma que estes projetos têm ideologias diferentes das propostas pela escola, pois foge a lógica da compreensão de meio ambiente, terra e educação que os assentados têm e a empresa.

Além deste confronto de ideias, a disputa inicial no PA São Judas com a empresa LDC ocorreu com o debate sobre a territorialização da produção de cana-de-açúcar da empresa nos assentamentos do MST (Margarida Alves e Silvio Rodrigues). O militante do MST, Gustavo, afirma que ocorreram várias reuniões para mostrar os contras dessa produção:

Várias reuniões com as famílias, né, trazendo, deixando claro as consequências que a cana traz, né, as consequências ruins que a cana traz para a agricultura familiar, entendeu? Até por que nós estaríamos beneficiando, né, outras empresas que não tem nada a ver com os nossos interesses produtivos, nossos interesses políticos, nossos interesses, até da organização, enfim... (Gustavo em entrevista – outubro de 2015).

Segundo o militante, como estratégia da LDC eles partiram da identificação dos problemas das famílias, as mais fragilizadas dentro do lote para tentar ganhar a partir do seu discurso o seu apoio para territorializar gerando um conflito interno dentro do assentamento:

[...] eles consultavam primeiramente as associações, as suas lideranças. Aquelas lideranças que não tinham clareza disso, achavam a proposta interessante economicamente, se iludiam e acabavam aceitando em fazer as discussões internas. Aonde os dirigentes das associações entendiam que era um problema, eles nem, aí eles usavam outras pessoas, iam visitar as famílias, criavam grupos de discussão, né. Tentavam identificar aquelas famílias que estavam com dificuldade de renda, que estavam com as, né!? iam conversar com essas famílias, no sentido de mobilizar, para poder trabalhar[...] (Gustavo em entrevista – outubro de 2015).

As reuniões e debates surtiram efeito, pois foi proibido a territorialização da empresa nos assentamentos do MST por meio da cana-de-açúcar, sendo assim a produção do grupo ficou destinada apenas nas fazendas do município da qual uma faz parte da luta do movimento indígena Guarani-Kaiowa.

Vale destacar, que em nenhum momento nos textos lidos da empresa, foi citado os conflitos com as comunidades locais (tantos os conflitos imateriais – ideias – e os materiais – territoriais), as transformações nestas comunidades ou em outras áreas onde a territorialização, somente foi mostrado de forma sucinta a integração e compromisso com as mesmas. Como o trecho a seguir: “promovemos o desenvolvimento econômico e a melhoria

na qualidade de vida nas comunidades onde atuamos, e apoiamos ações nesse sentido” (LDC, 2010, p. 8).

Miro afirma que a cidade de Rio Brilhante desde o início não tinha suporte para enfrentar as mudanças socioterritoriais colocadas pelas produções das empresas. Mas, com o tempo, houveram mudanças, conforme afirma “*nois não tinha Caixa Econômica e a partir daí a Caixa Econômica veio pra cá, é várias coisas que não tinha e a própria cidade era pequena ... e hoje ela cresceu né, porque várias pessoas veio pro município porque a usina estava*” (Em entrevista Miro 25 fevereiro de 2015). Assim, observamos que a estrangeirização de terras também está ligada com a criação de infraestrutura, fato claro apresentado, colocando como discurso da empresa essa melhoria nas comunidades. Melhorias estas, que só foram realizadas devido ao interesse da empresa.

Contrapondo os documentos da LDC no Brasil sobre o papel que o grupo tem para as comunidades locais, João também afirma que para o assentamento PA São Judas a ajudou em nada nas questões de melhoria, muito pelo contrário acirrou uns conflitos com a passagem dos caminhões. “Eu acho que *pro* assentamento não contribuiu muito, até aonde eu vejo. Porque tipo assim, uma usina não. E *pro* assentamento pode gerar algum emprego, quem precisa trabalhar no assentamento. Mas *pro* município, vai gerar emprego, gera muito emprego *pro* pessoal” (João em entrevista).

Em entrevista Miro apontou que os principais danos causados no assentamento pela entrada das usinas de cana-de-açúcar foram nas questões que envolvem as estradas de terra. Antigamente ao entrar no lote ele não teve problema nenhum com as estradas, uma vez que não eram degradadas e eram cuidadas com “cascalhos”, mas com o passar dos caminhões com cana das usinas a produção acabou sendo atingida, sem contar com as percas com a pulverização de venenos realizadas. Miro também relata que devido os problemas com as estradas ele já teve que passar a noite no acostamento, pois estava atolado na lama.

Devido a essa situação, ocorreu um processo de luta através no assentamento PA São Judas, por meio de uma manifestação com o trancamento duas vezes das estradas que passam pelo assentamento e que trafega os camponeses e os caminhões da usina, sendo relatado o problema com visibilidade no tráfego. Assim, vemos que o campesinato luta a partir das manifestações, entendidas neste trabalho como atos de resistência e enfrentamento contra o agronegócio/latifundiários/Estado.

Destacamos uma manifestação realizada pelos educandos da escola do assentamento São Judas, por volta do ano de 2000 (não foi possível relatar a data, pois o entrevistado Miro não lembrava) contra a usina da LDC, pois com a passagens dos caminhões a visibilidade para o motorista dirigir ficava comprometida e quando chovia, devido a má manutenção da estrada, não permitia o acesso desses estudantes à escola.

Deste modo, no período matutino um grupo de estudantes se organizou juntamente com demais membros da escola, com o objetivo de trancar a passagem do assentamento na rodovia estadual MS-470, reivindicando melhorias nas estradas, com os cascalhos e com a molhagem do caminho. Segundo o militante Miro, não houve repressão por parte dos policiais e da usina, vindo um representante dialogar com os manifestantes sobre o assunto. A manifestação durou quase 24 horas, pois os manifestantes informaram que só finalizariam a ação se viesse um representante da usina.

Além desta resistência temos o processo de desterritorialização acarretada pela Louis Dreyfus, que fica evidente com a fala de Miro, onde o mesmo aponta que o assentado Nilton e sua mulher Rosana, desistiram do lote após a pulverização realizada pelo avião da LDC, visto que produziam o bicho da seda, fato também citado pela militante Vilma. Atualmente, os dois residem no perímetro urbano de Rio Brilhante, sem possuir vínculos com a terra.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho buscou mostrar a importância do conceito de estrangeirização de terras diante da territorialização da agricultura capitalista onde Estado e capital se unem no Brasil e no mundo, promovendo este processo, que está relacionado com o território. Assim, o conceito de território foi primordial para compreendermos este processo que se configura dentro do espaço geográfico, por meio das relações de poder que estão contraditoriamente presentes na territorialização das empresas no campo, na luta dos movimentos socioterritoriais contra esse processo e no impacto dos territórios camponeses que são criados a partir das ocupações.

Deste modo, apresentamos o assentamento São Judas e o grupo francês Louis Dreyfus Commodities no município de Rio Brilhante que vem lutando contra a empresa desde a sua territorialização. Lutas estas que se configuraram a partir das disputas no interior do assentamento por meio do debate da territorialização do grupo na produção de cana-de-açúcar, posteriormente com a manifestação contra a passagem dos caminhões da usina. Assim, o debate paradigmático foi essencial para compreendermos a complexidade deste tema desde a escala local a global.

No trabalho partimos da existência de duas formas de interpretação da realidade do campo brasileiro, que são consideradas paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), bem como diferentes formas dentro destes paradigmas para compreender o conceito/processo de estrangeirização de terras. Conceito que vem sendo trabalhado por alguns autores como um processo favorável (benéfico) e outro como algo destruidor (impactos maiores que os ganhos econômicos) para

os povos que são impactados e para os governos no que tange a soberania territorial e alimentar dos países.

Neste sentido, a estrangeirização de terras também pode ser entendida, ou seja, tendo incorporado em seu debate, as lutas políticas por meio da territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que contém/produzem relações de poder dentro dos territórios para os seus controles - PQA. Bem como, a partir da integração do campesinato neste processo - PCA.

Desta forma o PQA compreende que o processo de estrangeirização provoca uma desnacionalização dos territórios, que envolvem as disputas desiguais territoriais, em quem ela provoca a desterritorialização do campesinato e sua subordinação, além dos problemas relacionados a insegurança alimentar e ambientais. Já o PCA compreende que este processo é positivo devido a geração de trabalho – integrando o campesinato, novas tecnologias, aumento da riqueza econômica do país e oportunidades de negócio com a criação de infraestruturas e produção de commodities. Além de parte destes discursos, o paradigma vê a estrangeirização como alternativa para diminuir as desigualdades rurais no âmbito da pobreza/fome justificando o processo.

Assim, este trabalho partiu da concepção de que o processo de estrangeirização de terras está ligado ao global, bem como os seus impactos que são tão desgastantes quanto sua escala de análise. Assim, partimos dos pressupostos do Paradigma da Questão Agrária que permite pensarmos além da integração do campesinato a esse processo, mas lutas e formas de resistências que faz com que esses sujeitos possam se reproduzir e recriar enquanto camponeses.

## Referências

D'AQUINO, T. "A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão – SP". SIMONETTI, M. C. L. (Org.). **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. Pg. 15-52.

BORRAS JUNIOR, S. M; FRANCO, J. C. Global Land Grabbing and Trajectories of agrarian Change: A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, Vol. 12 No. 1, January 2012.

BORRAS JUNIOR, S M; FRANCO, J. C. **La política del acaparamiento mundial de tierras**: Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia. Amsterdam: Transnational Institute, 2010, p. 44. Disponível em: < <http://www.acciontierra.org/IMG/pdf/BorrasAcaparamiento.pdf> >. Acesso em: 16 out. 2015.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.



CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo**. 2012. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2014.

DEININGER, K. Challenges posed by the new wave of farmland investment. **Journal of Peasant Studies**, 2011, 217-247 p. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2011.559007>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: <[www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf) >. Acesso em: 20 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do território. PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 273-301.

\_\_\_\_\_. Sobre a Tipologia de Territórios. SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

\_\_\_\_\_. A geopolítica da questão agrária mundial. 2009b. **Boletim DATALUTA**. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataaluta\\_06\\_2009.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataaluta_06_2009.pdf) >. Acesso em: 18 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Caderno Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. Território Camponês. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 744.

\_\_\_\_\_. WELCH, C. A; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil: Debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 215 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

HLPE - High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Land tenure and international investments in agriculture. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2011.

LDC. Nosso Compromisso. 2012. Disponível em: <<http://www.ldcommodities.com.br>. Acesso em: 25 out. 2015.

LDC. Código de Conduta, 2010. Disponível em: <<http://www.ldcommodities.com.br>>. Acesso em: 25 out. 2015.

MARQUES, M. I. M. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. **Revista NERA**, ano 11, nº. 12, Janeiro/Junho de 2008.

MAZOYER, M. ROUDAT, L. “O conceito de sistema agrário”. In” História das agriculturas no mundo. Do neolítico a crise contemporânea. Brasília, NEAD; São Paulo, Editora UNESP.

2010. Pg. 71-77. SÃO PAULO – Sítios e “situantes” – planejamento territorial e cálculo de módulo para assentamentos rurais. 1998. p. 01-53.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PORTAL BRASIL. Pequenos produtores vão receber curso de capacitação. Portal Brasil, Economia e Emprego, 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economiaeemprego/2015/03/pequenosprodutoresvaorecebercursodecapacitacao>>. Acesso em: 25 out. 2015.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SALOMÃO, R. FAO: aumento da produção no Brasil passa por inclusão tecnológica do produtor. **Globo Rural**, Agricultura, 16 jul. 2015. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2015/07/fao-aumento-da-producao-no-brasil-passa-por-inclusao-tecnologica-do-produtor.html>>. Acesso em: 25 out. 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, R. de O. C. **Reforma Agrária em questão**: a propriedade privada como fator de desterritorialização camponesa no Assentamento Fazenda Primavera (Andradina-SP). 2014. 223 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 3º ed, 2013.

SAQUET, M. A. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Revista Resgate**, Campinas, vol. 19, n. 21, 2011, p. 5-15. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/262/262>>. Acesso em: 14 out. 2015.

SOBREIRO FILHO, J. Contribuição Para a Construção do Conceito de Movimentos Socioterritoriais e Análise das Dissensões e Formação do “MST da Base” no Pontal do Paranapanema. **Revista Geografia em Questão**, v. 3, n. 1, p. 26-60, 2010. Disponível em: <[http://www.erevistas.csic.es/ficha\\_articulo.php?url=oai\\_revista616:67&oai\\_iden=oai\\_revista616](http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.php?url=oai_revista616:67&oai_iden=oai_revista616)>. Acesso em: 10 out. 2015.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.